

Mulheres escravas de Ilhéus: população, economia e sociedade, 1872-1890.

Marcelo Loyola de Andrade¹

Introdução

A potencialização dos estudos de Demografia Histórica tem contribuído de forma significativa para a revisão de alguns paradigmas da historiografia brasileira.² No tocante à temática da escravidão essa contribuição tem sido muito profícua e vem apontando novos caminhos para o entendimento do passado escravista brasileiro, como a consideração sobre a existência de estruturas de produção variadas, relativizando a suposta predominância das *plantations*, destacou também a presença marcante dos pequenos plantéis, além da expressiva quantidades de produtores não escravistas. A quantificação e catalogação de dados também têm ajudado a entender alguns aspectos das relações senhor – escravo, inclusive permitindo compreender as diferenças entre os papéis sexuais masculinos e femininos, ou seja, como homens e mulheres se comportavam dentro do sistema escravista. Nesse sentido, um dado importante para a nossa reflexão é a constatação de que as escravas alcançavam a alforria com mais frequência que os homens³. Essa informação é importante, pois abre um leque de questionamentos sobre as possíveis fontes de renda dessas mulheres. Quais as estratégias utilizadas por elas para conquistarem o status jurídico de liberta, assegurado pelo documento notarial ou judicial? Uma vez alcançada tal condição como conseguiriam prover o próprio sustento? Quais mecanismos elas criaram ou recriaram para sobreviver estando livre do cativeiro?

¹ Mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

² Sobre este alentado potencial revisionista ver MOTTA, José Flávio. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão da (orgs). Brasil – Portugal: história, agenda para o milênio. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001, p. 473-507.

³ Segundo Eisenberg todos os estudos da alforria brasileira concordam, com uma unanimidade impressionante, que a mulher escrava era quem mais recebia a carta de alforria, em números bem superiores à sua proporção dentro da população escrava. In: EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. Estudos Econômicos. São Paulo, 17(2), Maio/Ago. 1987. PP 175-216.

A historiografia sobre as mulheres negras ainda é limitada no Brasil, como salientou Emília Viotti da Costa⁴. Não obstante, algumas pesquisas analisaram o cotidiano de trabalho das escravas e forras e trouxeram informações importantes. Maria Odila Leite da Silva Dias, ao destacar as mulheres pobres de São Paulo no século XIX, percebeu a presença importante destas no pequeno comércio, disputando pontos estratégicos da cidade, vendendo produtos diversos (como quitutes, cará, milho, garapa, aluá, saúva fêmea, peixes, dentre outros) evidenciando assim o universo de habilidades que essas mulheres dispensavam em sua luta diária pela sobrevivência⁵. Sandra Lauderdale Graham, estudando as criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, destaca que “uma escrava podia inclusive viver fora da jurisdição de seu amo, empregar-se como mão-de-obra e pagar uma soma fixa a seu proprietário, guardando para si o que sobrasse, a fim de comprar comida ou pagar um cômodo”⁶. Cecília Conceição Moreira Soares, por sua vez, pesquisou sobre as mulheres negras de Salvador no século XIX, e fez um esboço das principais ocupações femininas. Destaca que as principais domésticas eram escravas, envolvidas em diversas atividades como amas-de-leite, lavadeiras, cozinheiras, ganhadeiras, dentre outras. Este trabalho é bastante revelador do cotidiano dessas cativas, das lutas travadas por elas frente às imposições das autoridades e de suas formas de resistência na Bahia⁷.

Como podemos observar a maioria dos estudos focaram a presença das mulheres escravas no meio urbano. Ainda carecemos de pesquisa que possam revelar o cotidiano de trabalho dessas mulheres nos espaços rurais. A nossa proposta neste artigo é discutir as condições sociais e econômicas de Ilhéus ao longo do século XIX, buscando com isso perceber a participação das escravas no conjunto da população e os possíveis espaços de atuação das mesmas no contexto assinalado. O nosso procedimento consiste em dialogar com a bibliografia sobre a região buscando informações concernentes a esse grupo de mulheres, bem como apresentar alguns dados de população sobre as

⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, pag. 499, nota 17.

⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 156.

⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução Viviana Bosi – São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19

⁷ SOARES, Cecília Moreira C. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*, dissertação de mestrado, UFBA, 1994.

mesmas com base no Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 e no Censo de 1890.

Referindo-se ao documento de 1872 como mais um elemento a apoiar a construção na nação, Tarcísio Rodrigues Botelho destaca que o mesmo “ pode ser visto como um trabalho de sucesso, foi o melhor levantamento demográfico do século XIX, superior ao de 1890 e comparável ao de 1900”⁸. De fato, nossa atenção recai sobre este documento, sobretudo devido à maior quantidade de informações que o mesmo apresenta. Os dados para 1872 foram coletados parte no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA), e outra parte no Centro de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL/FFLCH/USP). Para 1890 a coleta foi realizada inteiramente no CEDOC/UESC, onde o documento encontra-se disponível. O censo de 1872 está disponível em microfilme e em algumas situações a visibilidade fica comprometida, haja vista o estado de conservação que o documento estava quando microfilmado. Desde já assumimos inteira responsabilidade pela a apresentação dos dados e as possíveis incompatibilidades que por ventura vier a aparecer. Dessa forma, esperamos apresentar um quadro amplo da escravidão em Ilhéus no século XIX e mostrar as evidências que apontam para a importância que a mão-de-obra escrava feminina teve para a vila de São Jorge dos Ilhéus durante o período em questão.

Ilhéus e a Bahia no século XIX

A vila de São Jorge dos Ilhéus foi uma das mais importantes do Sul da Bahia, era sede da capitania e cabeça da comarca, portanto, nela estava reunido o principal corpo político e administrativo, de onde partiam as deliberações governamentais, além de manter contato direto com o reino e com a África. No plano econômico Ilhéus não consolidou uma economia agro-exportadora ao longo do período colonial, a sua produção estava voltada para o abastecimento do mercado interno, sendo um dos principais produtos a farinha de mandioca e a extração de madeiras de lei. Segundo

⁸ BOTELHO, Tarcísio R. População e Nação no Brasil do século XIX. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1998. PP. 14-15.

Marcelo Henrique Dias, a própria administração colonial obrigou as vilas do Sul da Bahia a produzirem alimentos para abastecer Salvador, como salienta o autor:

“[...] a necessidade de manter um pólo produtor de alimentos próximo às zonas agro-exportadoras de forte concentração populacional, além das tropas e das frotas que se abasteciam por Salvador, levou a administração colonial a tomar uma série de medidas no intuito de evitar a expansão dos engenhos e das lavouras de tabaco na capitania de Ilhéus, ao mesmo tempo em que orientava os colonos, inclusive com medidas radicalmente opressivas, para a produção da mandioca – o pão da terra – e de outros gêneros alimentícios.”⁹

A principal zona agro-exportadora da província da Bahia, qual seja Salvador e o Recôncavo, passa por um período de instabilidade econômica e social na primeira metade do século XIX. Segundo Thales O. Góes de Azevedo, “a revolução dos alfaiates em 1798, as repetidas revoltas dos escravos haúças, entre 1807 e 1835, juntamente com os efeitos do exagerado esforço despendido na luta pela independência, dificultaram a vida econômico-financeira da província.”¹⁰ O ciclo das rebeliões escravas, cuja mais violenta e extensa, incluindo também pretos libertos, a revolta dos malês em 1835, causa suspense e medo às elites escravistas, principalmente após a revolução escrava do Haiti, que alcançou a independência da França em 1804. Simultaneamente, o governo da província adota uma série de medidas preventivas e de combates a negros fugitivos e aos quilombos, como foi o caso da ação movida contra o quilombo do Oitizeiro, situado na comarca de Ilhéus¹¹. Em Salvador, chegou-se a invadir casas de culto africano e prender negros devotos.

Outro elemento importante a ser considerado diz respeito aos efeitos provocados pela proibição do tráfico de escravos em 1850, que de certa forma causou impacto na

⁹ DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Angelo Alves (Orgs). Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2007, pp.47-116.

¹⁰ AZEVEDO, Thales O. G. de. A economia baiana em torno de 1850. Revista Planejamento na Bahia. Salvador, 5 (4), out/dez. 1977, p.9

¹¹ Sobre esta ação e seus desdobramentos ver REIS, J. J. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia 1806. In: REIS, J. J. e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. Companhia das Letras, 1996. PP. 332-372.

vida econômica e social da província. Se por um lado essa medida liberou capital para outros investimentos, por outro provocou redução na mão-de-obra da indústria açucareira, visto que a Bahia, na opinião de Azevedo, “ensejou o incremento das vendas de escravos, a preços cada vez mais elevados, para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais”.¹² Isso vai gerar uma verdadeira preocupação entre os governantes, justificada na fala do presidente da província Cansação do Sinimbu, quando este, em 1857, “chamou a atenção para o fato de que a transferência de escravos das pequenas e médias propriedades – principais produtoras de alimentos – para as grandes áreas de cultura de exportação, estaria determinando uma verdadeira escassez de alimentos”.¹³ Tal preocupação foi confirmada no protesto popular contra a carestia desses produtos, ocorrido em Salvador em 1858, o levante da “Carne sem osso e farinha sem caroço”.¹⁴ Somado a esses fatores, como salientou Cecília Conceição Moreira Soares, as secas ocorridas entre 1824-1825, 1830-1833, 1857-1877 afetaram drasticamente as áreas do sertão produtoras de gêneros para a alimentação, elevando dessa forma o preço dos produtos como a farinha de mandioca.¹⁵

Como agravante da situação, podemos considerar a concorrência com o açúcar de beterraba produzido na Europa e a epidemia de cólera *morbus*, que em 1855, se alastrou pela província da Bahia matando grande número de gente livre e escrava. Nesse sentido, é diante desse quadro sócio-econômico que os governantes baianos começam a direcionar a sua atenção à região Sul da província. Henrique J. B. Lyra traz a informação que “ em 1870, o presidente da província, Francisco Gonçalves Martins, declarava que a Bahia depositava grandes esperanças nas comarcas do Sul”.¹⁶ Assim, com o desenrolar da segunda metade do século XIX, um novo impulso econômico começa a ganhar forma naquela região. A política de incentivo à criação de colônias agrícolas, a transferência de senhores de engenhos arruinados do recôncavo para as vilas situadas abaixo da capital da província, juntamente com o desenvolvimento da lavoura

¹² AZEVEDO, Thales O. G. de. Op. Cit. P. 15.

¹³ LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e Colônias: uma experiência de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1982. P. 56.

¹⁴ Sobre esse levante ver REIS, J. J. e AGUIAR, Gabriela. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. Revista de História (USP), 135 (1996), PP. 133-161.

¹⁵ SOARES, Cecília C. M. Op. Cit. p. 19.

¹⁶ LYRA, Henrique J. B. Op. Cit. P. 52

cacaueira vai marcar o início de uma nova fase para a economia Sul baiana. A expansão do cultivo do cacau fez com que esse produto correspondesse à maior parte das exportações do Estado da Bahia na última década do século XIX. No entanto, como bem afirmou Rômulo Barreto de Almeida,

“[...] em vez de promover o Estado as inversões públicas necessárias a utilizar toda a produtividade potencial da zona, ele lançou mão avidamente das receitas do cacau para cobrir as aperturas crônicas de um orçamento sobrecarregado com um grande território carente de pequenos e estéreis auxílios, e sobretudo com a necessidade de dar empregos públicos a desempregados de todas as categorias. Foi o Estado um fator de descapitalização e até hoje a zona do Sul, que é o novo núcleo econômico do Estado, não superou certas precariedades iniciais, nem mesmo a melhor integração com o Sudoeste e o Recôncavo [...]”¹⁷

Como podemos observar, a região Sul da Bahia, assim como todo o Império, passa por um processo de expansão das suas fronteiras agrícolas, ou seja, era preciso ocupar novas áreas e fazê-las produzir. Durante todo o século XIX essa região apresentava-se como uma área pouco povoada e com abundância de terras, portanto, em potencial para a expansão agrícola. Dessa forma, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela economia de exportação, tais como as crises de abastecimentos, secas periódicas e concorrência externa, acreditamos que a economia de Ilhéus ganha um impulso significativo. O aumento da demanda por mais alimentos pode ter estimulado a produção desta e de outras vilas da comarca, já que as mesmas estavam interligadas diretamente com o abastecimento do mercado interno. Segundo João Fragoso e Manolo Florentino, entre 1799 e 1822, as entradas de embarcações no porto carioca indicam que o abastecimento de farinha de mandioca, milho e feijão provinham, dentre outras regiões, do Sul baiano.¹⁸

¹⁷ ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. Revista Planejamento na Bahia. Salvador, 5 (4), out/dez. 1977, p. 35

¹⁸ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790 – 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. P. 62

A economia escravista de Ilhéus no século XIX

Os estudos sobre a escravidão em Ilhéus são poucos, assim como os dados que os mesmo trazem sobre população estão dispersos¹⁹. Dessa forma, acreditamos que tais ocorrências constituem um estímulo ao nosso esforço em tentar compor um quadro, mesmo que específico, das condições demográficas desta localidade.

Conforme enfocamos anteriormente, a região Sul da Bahia, paulatinamente, vai ganhando maior vigor econômico ao longo do século XIX, Marcelo Henrique Dias, destaca que:

“Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a boa conjuntura econômica atraiu para a comarca de Ilhéus indivíduos e famílias de maiores recursos, que não apenas investiram na agricultura e na atividade madeireira, mas também obtiveram concessões de serviços de abertura de estradas e canais”²⁰.

A escravidão foi importante para a economia ilheense, embora não tenha sido a única forma de mão-de-obra empregada. Depois que os jesuítas foram expulsos em 1759, e os índios hostis foram sendo gradualmente compelidos para o oeste, o distrito começou a ser ocupado por latifúndios e fazendas. Estudando a escravidão e posse de escravos nesta localidade a brasilianista Mary Ann Mahony trás a seguinte informação:

“Em 1828, o contingente de escravos do Engenho Santana estava, de acordo com Stuart Schwartz, “bem equilibrado, com 109 homens e 113 mulheres”. Na fazenda de João Segismundo Cordier, havia sete escravos, quatro homens e três mulheres, em 1849. O contingente de escravos da Fazenda Victória compunha-se metade de homens e

¹⁹ Os trabalhos mais conhecidos são os de Stuart Schwartz sobre o Engenho Santana (SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*; Td. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.) o de João José Reis sobre o quilombo de Oitizeiro (Op. Cit.) o de Mary Ann Mahony sobre utilização de mão-de-obra escravas nas roças, no século XIX (MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários” *Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Afro-Ásia*, 25-26, p. 95-139, 2001) e o de Fernanda Amorim da Silva (AMORIM, Fernanda Amorim da. *Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758)*, in: DIAS, Marcelo H, e CARRARA, Angelo A. (Orgs) Op. Cit. PP. 117-168)

²⁰ DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese de Doutorado, UFF. 2007. P. 413.

*metade de mulheres em 1857: dos cento e doze escravos na propriedade, cinquenta e seis eram homens e cinquenta e seis eram mulheres. De forma similar, em 1861, no Engenho Castello Novo, havia vinte e seis mulheres e vinte e oito homens”.*²¹

Analisando esses exemplos, percebemos que alguns plantéis possuíam uma quantidade expressiva de cativos e a presença das escravas não era nada desprezível dentro deles. Se formos mais a fundo e considerarmos o número de crianças, veremos que existem alguns indicativos de que a reprodução natural pode ter tido peso expressivo na conformação daquela estrutura social. Neste mesmo estudo, analisando o registro batismal do período entre 1823 e 1843, Mahony informa que um mínimo de cento e noventa bebês escravos nasceram em cerca de sessenta latifúndios e fazendas neste período.²² Asseveramos que a confirmação de tal hipótese deve passar necessariamente pela obtenção de estimativas de natalidade, mortalidade, idade dos cativos, dentre outros, sendo que ainda não dispomos de dados suficientes para testá-la. É nosso objetivo avançar com as pesquisas para que futuramente possamos colocar essas e outras hipóteses à prova.

Os cativos de Ilhéus viviam em uma área na qual a madeira e a produção comercial de vegetais alimentícios, aguardente e algum açúcar haviam sido as mais importantes atividades econômicas durante o período colonial. Analisando a população de algumas vilas da comarca, situadas próximo à Ilhéus, é possível perceber o lugar que esta ocupa no contexto regional em 1872.

²¹ MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários”. *Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. Afro-Ásia*, 25 – 26 (2001). PP. 95 – 139.

²² MAHONY, M. A. *Op. Cit.* P. 102

Tabela 1: População de algumas vilas da Comarca de Ilhéus, 1872

Vilas	Pop. Absoluta
S. Jorge dos Ilhéus	5.682
Camamú	9.029
Barra do Rio de Contas (Itacaré)	3.612
Marauí	2.761
Valença	16.146

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

As vilas situadas mais ao norte da comarca, como é o caso de Camamú e Valença, devido à maior proximidade com Salvador, tiveram um ritmo de crescimento econômico e demográfico diferenciado da vila de Ilhéus. As fábricas de fios e tecidos de Valença, por exemplo, era a mais importante do império, de modo que:

“em 1850 viria a produzir mais de 600 mil varas de panos; começava o fabrico de sacos que iam substituindo as caixas no transporte do açúcar [...] as fundições de ferro e de cobre produziam ferramentas para a lavoura e maquinismos para os engenhos e para as embarcações a vapor”²³.

Todavia, quando nos aproximamos da estrutura populacional destas vilas, observamos que a escravidão parece ter sido mais importante em Ilhéus do que nas demais freguesias, isso se considerarmos o percentual de cativos no conjunto da população total (Tabela 2).

Tabela 2: População de algumas vilas da comarca de Ilhéus segundo a condição social, 1872.

Vilas	Pop. Livre	Pop. Escrava	% da pop. Escrava em relação à pop. Total	Total
S. Jorge dos Ilhéus	4.631	1.051	18,5	5.682
Camamú	8.065	964	10,68	9.029
B. do Rio de Contas	3.102	510	14,2	3.612
Marauí	2.399	362	13,11	2.761
Valença	14.625	1.521	9,42	16.146

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

²³ AZEVEDO, T. O. G. Op. Cit. P. 10

Acreditamos que o percentual de escravos é bastante representativo da importância que a instituição teve para a localidade. Este percentual de 18,5% de cativos chega a ser superior ao da província como um todo, que segundo o Recenseamento de 1872 possuía 12,16% de sua população considerada como cativa. Como o nosso foco é a vila de São Jorge dos Ilhéus, analisaremos neste primeiro momento a composição da sua população de modo geral, para em seguida dedicarmos atenção especial à população escrava. A tabela 3 trás algumas informações quanto ao sexo, e também mostra a razão de masculinidade (RM) entre os livres e os escravos.

Tabela 3: População de Ilhéus, segundo o sexo e a condição social, 1872.

	Homens (1)	Mulheres (2)	RM (1)/(2)	Total
Pop. Livre	2234	2397	0,93	4.631
Pop. Escrava	496	555	0,89	1051
			Soma Geral	5.682

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

O fato de termos razão de masculinidade menor para ambas as populações, livre e escrava, merece algumas considerações. Segundo Stuart Schwartz “ para as áreas menos ligadas fortemente à economia de exportação poderíamos esperar encontrar razões de masculinidade menores, menos africanos, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças.”²⁴ Mesmo levando em consideração que a expansão do cultivo do cacau na segunda metade do século XIX tenha proporcionado uma certa inserção de Ilhéus no comércio de exportação, acreditamos que a estrutura demográfica desta vila guardou até 1872 muitas semelhanças com as de economia não-exportadoras. Estudando a demografia escrava do Paraná entre 1800 e 1830, Horácio Gutiérrez percebeu certo equilíbrio entre os sexos, demonstrou que a reprodução natural dos escravos foi importante naquela sociedade e destacou que “em economias não distantes de níveis de subsistência a mulher escrava teve uma presença próxima ou igual ao homem”.²⁵ Não pretendemos com estes comentários afirmar que a população escrava de Ilhéus seguiu a mesma trajetória das localidades do Paraná estudadas por Gutiérrez,

²⁴ SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. PP. 289 – 290.

²⁵ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830. Estudos econômicos, São Paulo, 17 (2) Maio/Ago. 1987. pp 297-314.

mesmo porque não temos elementos suficientes para realizar este tipo de comparação. No entanto, como venho apontando ao longo deste trabalho, existem fortes indícios de que a mão-de-obra escrava feminina foi importante para a economia ilheense no século XIX, é nosso objetivo avançar com as investigações para que possamos demonstrar de forma mais documentada esta hipótese.

Vejamos agora como estava estruturada a população segundo a cor da pele (“raça”), ou seja, quantos indivíduos aparecem identificados como brancos, pardos, pretos ou caboclos. Esse elemento é importante, pois reflete, de certa forma, o grau de miscigenação da população, podendo inclusive indicar se os produtores escravistas lançavam mão de braços africanos via tráfico, no caso de prevalência de pretos estrangeiros.

Tabela 4: População livre e escrava de Ilhéus, segundo a cor da pele, 1872.

Cor da pele (“raça”)	Livres				Escravos				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Branco	664	14,3	581	12,6	----	----	----	----	1245
Pardos	1154	25,0	1278	27,6	66	6,3	64	6,08	2562
Pretos	239	5,16	317	6,8	430	40,9	491	46,7	1477
Caboclos	177	3,82	221	4,8	----	----	----	----	398
Total	2234	48,2	2397	51,8	496	47,2	555	52,8	5682

A presença considerável de mulheres de cor preta na população escrava, em detrimento da sua participação na população livre nos levar a pensar na hipótese aventada por Sheila de Castro Faria, segundo a qual as crioulas, mulatas e pardas estabeleceram com mais frequência laços de afetividade e sexualidade com seus senhores, incluindo a gestação de filhos, tendo estas maiores possibilidades de alcançar a alforria gratuita, em contrapartida às africanas, que tiveram que pagar pelas mesmas²⁶. De fato, as mulheres pardas representam apenas 6,08% da população cativa, todavia não consideramos que o intercuro sexual seja o principal fator responsável por este quadro. É preciso elencar outras vias, entre elas os possíveis laços de solidariedade e parentesco

²⁶ FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. Tempo, Rio de Janeiro, n° 9, PP. 65-92, 2000.

entre os escravos, a sociabilidade dos mesmos dentro do plantel, ou os diferentes tipos de ocupações que essas mulheres exerciam.

Outro dado importante na tabela 4 é a constatação que, em seu conjunto, mais de 85% da população cativa era composta por pretos, sendo que entre estes, 14,36% aparecem classificados como estrangeiros, ou seja, eram africanos (90 homens e 61 mulheres). A presença desses africanos pode indicar que os escravistas lançaram mão via tráfico, externo ou interno, de mais braços, o que nos possibilita inferir que a economia estava em crescimento. No entanto, parece que este não foi um recurso muito utilizado pelos senhores de escravos, tendo em vista que a população cativa, de modo geral, não apresenta os efeitos do tráfico, ou seja, uma quantidade maior de homens, embora entre os estrangeiros tal situação seja verificável. Na opinião de Marcelo H. Dias:

“ A dificuldade não somente de comprar escravos, como de mantê-los, suscitou na capitania o estímulo à constituição da família escrava, assim como a ocorrência cotidiana de várias formas de relações de produção identificadas com o que se convencionou chamar de “brecha camponesa”²⁷

As leituras bibliográficas sobre a região, mais precisamente aquelas que se detiveram ao estudo da escravidão, são unânimes quanto à prática de conceder aos escravos a possibilidade de cultivar roças. Ao que parece, a maioria dos produtores de Ilhéus não detinham os meios para comprar no mercado os produtos necessários à sobrevivência da escravaria. Acreditamos, portanto, que havia uma menor constância da renovação dos plantéis a partir do tráfico. Isso fica evidente quando atentamos para as informações de Mahony, segundo a qual:

“Dados coletados dos inventários de propriedades, e das escrituras de compra e venda de propriedades, dos anos 1840 aos anos 1880, mostram que 55,5% dos escravos haviam, claramente, nascidos no Brasil, enquanto apenas 14,9% deles eram, claramente de origem africana²⁸”.

²⁷ DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Angelo Alves (Orgs). Op. Cit. P. 79.

²⁸ MAHONY, Mary Ann. Op. Cit. P. 101.

Continuando a nossa análise, passemos a considerar agora a faixa etária desta população, o que nos possibilitará compreender o potencial da mão-de-obra livre e cativa, dentre outras informações (Tabela 5).

Tabela 5: População de Ilhéus, segundo o sexo, condição social e idade, 1872

Idade	Livres				Escravos				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1-10	657	14,18	611	13,19	111	10,56	139	13,22	1518
11-20	434	9,37	541	11,68	122	11,60	139	13,22	1236
21-30	364	7,86	436	9,41	70	6,66	90	8,56	960
31-40	225	4,85	287	6,19	90	8,56	97	9,22	699
41-50	198	4,27	201	4,34	61	5,80	56	5,32	516
51-60	126	2,72	130	2,80	19	1,80	20	1,90	295
61-70	57	1,23	47	1,01	9	0,85	7	0,66	120
71-80	22	0,47	27	0,58	2	0,19	3	0,28	54
81-90	1	0,02	3	0,06	---	---	---	---	4
91-100	---	---	3	0,06	---	---	---	---	3
Total	2084	44,97	2286	49,32	484	46,02	551	52,38	5.405

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

OBS: Não foram computados nesta tabela as crianças entre 1 e 11 meses, os maiores de 100 anos e aqueles que aparecem como não determinados. Os cálculos dos percentuais foram feitos separadamente para as populações livre e escrava, considerando as suas respectivas populações absolutas.

A concentração de indivíduos nas duas primeiras faixas de idade indica que Ilhéus nesta data possuía uma população jovem, com elevada presença de crianças (1 a 10 anos) tanto entre os cativos (23,78%), quanto entre os livres (27,37%). Enfatizamos que este é um indício que a reprodução natural pode ter existido no meio dos cativos, sobretudo se levarmos em consideração que 11% das crianças estavam classificadas na faixa ente 1 e 5 anos de idade. Acompanhando a longevidade da população cativa percebemos que não há grandes diferenças entre homens e mulheres, ou seja, existe certo equilíbrio na expectativa de vida de ambos, o que não acontece entre os livres, onde ocorre uma ligeira superação das mulheres. Esta constatação entre os cativos pode significar que ambos os sexos estavam sujeitos a cumprirem tarefas semelhantes dentro

do regime escravista. Averiguando as ocupações desta população poderemos elucidar melhor a questão (Tabela 6).

Tabela 6: População escrava de Ilhéus, segundo o sexo e a ocupação, 1872.

Ocupação	Escravos		Escravas		Total
	N	%	N	%	
Costureira	---	---	11	1,04	11
Op. em Metais	6	0,57	---	---	6
Op. Em Madeira	12	1,14	---	---	12
Op. De Edificações	1	0,09	---	---	1
Op. De Calçados	1	0,09	---	---	1
Lavradores	336	31,9	382	36,34	718
Serv. Doméstico	42	3,99	75	7,13	117
Sem Profissão	98	9,32	87	8,27	185

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872

Obs: Op: operários. Foram consideradas apenas as ocupações em que existiam escravos e escravas inseridos.

A expressiva presença de escravas trabalhando na agricultura é algo notório nesta vila, principalmente quando comparamos com a participação masculina. Isso parece confirmar as nossas análises de que as mulheres escravas desempenhavam papéis semelhantes ao dos homens, e que a sua força de trabalho era tão importante quanto à deles. Tendo em vista que a produção de farinha de mandioca era uma das atividades mais importantes da região neste período, podemos inferir que essas mulheres estavam ocupadas no plantio desta raiz ou no processamento da mesma. Analisando a representação dos engenhos de farinha nas obras do pintor holandês Frans Post, Mariza de Carvalho Soares destaca que cabia às mulheres a tarefa de arrancar, transportar e descascar a mandioca que em seguida seria transformada em farinha pelo trabalho dos homens²⁹. Não podemos descartar, no entanto, a possibilidade dessas escravas estarem ocupadas nas lavouras de cana, arroz, cacau ou na agricultura de subsistência, cultivando hortaliças, feijão, dentre outros, ao lado de suas companheiras libertas, pois, segundo Kátia M. de Queirós Mattoso, “no conjunto da província, na zona rural, o

²⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não – o engenho de farinha de Frans Post. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 25, n° 41: p. 61-83, jan/jun 2009.

trabalho livre coexiste com o trabalho escravo”³⁰. Entre a população livre, a profissão agrícola de lavradores também era a que mais continha mulheres (28,76%), enquanto os homens, nesta mesma atividade, representavam 26,45% da população.

A segunda ocupação em que mais escravas estavam inseridas era a dos serviços domésticos. Sabemos que o âmbito de trabalho doméstico inclui várias tarefas como as de mucamas, lavadeiras, costureiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras e amas-de-leite. Infelizmente, o censo não mostra essas subdivisões. A ocupação de costureiras aparece separadamente, e classificada como profissões industriais e comerciais. Nessa atividade encontramos um pequeno percentual de mulheres escravas trabalhando (1,04%), bem como de mulheres livres (4,01%).

Apenas com os dados do recenseamento de 1872 fica difícil descortinar todo o cotidiano de trabalho das mulheres negras de Ilhéus, sejam elas escravas ou forras. Não obstante, podemos imaginar, como salientou Graham, que as criadas de casa podiam vender frutas, verduras e doces durante parte do dia³¹. Considerando a possibilidade dos cativos cultivarem suas roças, podemos pensar o mesmo sobre as lavradoras, pois, conforme Mahony, “muitos escravos de Ilhéus vendiam os produtos que plantavam ou os utensílios domésticos que fabricavam, em lojas e feiras ao ar livre, por todo o município”³².

Variação da população de Ilhéus, 1872 – 1890

Percebemos até aqui como estava estruturada a população da vila de São Jorge dos Ilhéus em 1872. Analisaremos agora quais as transformações demográficas que ocorreram nesta localidade durante os 18 anos que separam os dois recenseamentos. Desde já, salientamos que o censo de 1890 é muito limitado em informações, trazendo dados relativos apenas ao sexo, à cor (brancos, pretos, caboclos e mestiços) e ao estado conjugal (solteiros, casados, viúvos ou divorciados), o que restringe, de certa forma, uma maior possibilidade de interlocução entre os dois momentos.

³⁰ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Sociedade escravista e mercado de trabalho: Salvador – Bahia, 1850-1868. In: BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador-BA, SEI v. 10, nº1, p. 12-20, julho 2000.

³¹ GRAHAM. Sandra. Op. Cit. P.18

³² MAHONY, Mary Ann. Op. Cit. Pag. 120.

Observando a composição da população de Ilhéus em 1890 já é possível perceber algumas alterações na distribuição dos sexos (Tabela 7).

Tabela 7: População absoluta de Ilhéus, segundo o sexo, 1890

Ano	Homens (1)		Mulheres (2)		RM (1/2)	Total
	N	%	N	%		
1890	3689	51,98	3408	48,02	1,08	7097

Fonte: Recenseamento de 1890

No conjunto da população, em 1890, prevalece certo equilíbrio entre os sexos, com uma pequena superioridade dos homens. Esta ocorrência indica que a quantidade de pessoas do sexo masculino aumentou dentro do período, haja vista que em 1872 a razão de masculinidade era de 0,93 entre os livres e 0,89 entre os cativos.

A região Sul da Bahia, conforme salientamos anteriormente, apresentava-se com muita disponibilidade de terras e pouco povoada. A expansão do cultivo do cacau, a partir da segunda metade do século XIX, fez dessa área um pólo de atração populacional, contando inclusive com incentivos do governo, por meio de propagandas e criando regulamentos para a emigração das famílias afetadas pelas secas³³. Certamente, esses fatores contribuíram para as transformações demográficas que ocorreram em Ilhéus, sobretudo nas últimas décadas do século XIX (Tabela 8).

Tabela 8: Variação da população absoluta de Ilhéus, 1872-1890

Ano	1872	1890	% Crescimento	Média Cresc. Anual (%)
Pop. Absoluta	5.682	7.097	24,9	1,38

Avaliando o crescimento absoluto da população percebemos que o mesmo foi significativo. No entanto, para possibilitarmos um melhor entendimento da questão, é importante apresentar as principais alterações que ocorreram na composição daquela sociedade ao longo do período destacado.

³³ LYRA, Henrique J. B. Op. Cit. P. 86.

Tabela 8: Variação da população de Ilhéus, segundo o sexo, 1872-1890

Sexo	Ano		% crescimento	Média Cresc. Anual (%)
	1872	1890		
Homens	2730	3689	35,1	1,95
Mulheres	2952	3408	15,4	0,85

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872 e Censo de 1890.

O expressivo aumento da população masculina, deve-se, provavelmente, à quantidade de braços que estão chegando em busca de um lugar na lavoura cacaeira. Ainda carecemos de estudos mais sistemáticos sobre as imigrações que ocorrem nesta região durante este período. Todavia, o grupo dos sergipanos parece ter tido presença marcante neste processo, como afirmou Sales:

“Dentre esses contingentes, de procedência diversa, das várias regiões baianas, de outros Estados do Nordeste, do Norte de Minas e, até mesmo de Salvador, é de justiça ressaltar a participação sergipana: ela se fez com sucessivas correntes migratórias, muito contribuindo para o desenvolvimento da lavoura cacaeira”³⁴.

Podemos ainda perceber as variações que ocorreram na composição da população de Ilhéus considerando a cor (Tabela 10)

Tabela 9: Variação da População de Ilhéus, segundo o sexo e a cor, 1872-1890

Cor (“raça)	Homens(1)		Variação (1-3) (%)	Mulheres(4)		Variação(2-4) (%)
	1872(1)	1890(3)		1872(2)	1890(4)	
Branco	664	747	12,5	581	661	13,76
Pardos	1220	1986	62,78	1342	1862	38,74
Pretos	669	783	17,04	808	704	- 12,88
Caboclos	177	193	9,03	221	181	- 18,1

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872 e Censo de 1890.

³⁴ SALES, Fernando. Memória de Ilhéus: em comemoração do centenário de sua elevação a cidade. São Paulo: GRD, 1981, p. 16.

A proibição do tráfico de escravos em 1850 certamente contribuiu para que aumentasse ainda mais a presença de pardos no conjunto da população. Como não havia mais aquisição de braços africanos a tendência era que a representação numérica desses indivíduos no conjunto da população fosse sendo reduzida, e em contra partida, a miscigenação concorreria para aumentar o número de pardos³⁵. Podemos também elencar a possibilidade de que os imigrantes que chegaram para a região eram constituídos, em sua maioria, por grupos de pessoas fortemente miscigenadas, pois, segundo Kátia M. de Queirós Mattoso, existia nas regiões distanciadas do Recôncavo uma população flutuante, livre ou alforriada, não proprietária de terras, que formava uma vasta categoria de agregados rurais, sendo que em tempo de secas prolongadas ou chuvas diluvianas, essa população movia-se na direção do litoral³⁶.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho procuramos evidenciar a importância das escravas no conjunto da população e na economia da vila de São Jorge dos Ilhéus. Percebemos que tanto no conjunto da população, quanto em alguns plantéis, a presença feminina era considerável. Dessa forma, podemos inferir que até meados do século XIX Ilhéus guardou as características populacionais típicas de áreas econômicas não exportadoras, ou seja, razão de masculinidade menor, mais pardos e mais mulheres e crianças.

Os dados do censo de 1872 revelaram alguns desses padrões, sendo que tanto na população livre quanto na escrava as mulheres aparecem em número superior. As escravas, em sua grande maioria aparecem classificadas como pretas e dentre elas existia um pequeno percentual de africanas. As ocupações revelaram a predominância das atividades agrícolas, sendo que as mulheres incidiam fortemente sobre elas, tanto as livres quanto as escravas. A presença marcante de crianças no conjunto da população pode indicar a ocorrência de processos de reprodução natural das escravarias, que por sua vez, parece significar também a manutenção da família escrava. Este, no entanto, é

³⁵ O termo pardo não consta no Censo de 1890, podendo ter sido substituído por mestiços. Para efeito de análise comparativa, optamos por mantê-lo.

³⁶ MATTOSO. Kátia M. de Q. Op. Cit. P. 12.

um tema ainda a ser estudado para Ilhéus e, dados os avanços obtidos para outras regiões brasileiras, merece maior atenção dos pesquisadores³⁷.

A consolidação do cultivo do cacau a partir da segunda metade do século XIX, especialmente nas últimas décadas, alterou o perfil demográfico de Ilhéus, bem como de toda a região Sul da Bahia. O progressivo avanço deste produto na pauta de exportações da província atraiu um contingente cada vez maior de pessoas, sendo que de 1872 a 1890 a população masculina apresentou um percentual de crescimento duas vezes maior que o da feminina, ultrapassando a mesma em 8,2%.

Sabemos que o nosso método de análise, juntamente com as limitações das fontes documentais impõe uma série de riscos às hipóteses levantadas nesse texto. Todavia, pensamos que esta primeira aproximação com a estrutura populacional da vila de Ilhéus nos possibilitou conhecer um pouco da dinâmica demográfica da localidade, e isso, com certeza, será útil para as futuras conexões que pretendemos realizar com as informações de outros documentos.

³⁷ Sobre família escrava ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP. Annablume, 1999; SLENES, Robert W. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX, in: *População e família* – vol. 1, nº1 (jan/jun. 1998) – São Paulo: Cedhal/USP/Humanitas. PP. 9-77.